

EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise das concepções de criança e de sua educação nas produções acadêmicas recentes (1997-2002)

MORAES, Andréa Alzira de - UFSC

GT: Educação da Criança de 0 a 6 anos / n. 07

Agência Financiadora: não contou com financiamento

A construção da infância enquanto categoria social como a conhecemos hoje e da criança como sujeito de Direitos perpassa uma intrincada rede de relações e interesses da sociedade contemporânea diante da criança e de sua educação. Este estudo se inscreve num movimento investigativo atual que reconhece a criança como co-participante do processo educacional e que tem como colaboradores os estudos sociológicos da sociologia da infância¹ que aliados aos estudos historiográficos² dão chão a discussão teórica sobre o tema. Partindo de uma perspectiva multidisciplinar (Rocha, 1999), busca-se evidenciar as especificidades da educação para a criança a partir das contribuições das diferentes áreas do conhecimento (sobretudo da História, Antropologia, Sociologia, Psicologia). A partir desses pressupostos básicos foi se delineando esta pesquisa tendo como objeto de investigação as produções acadêmicas recentes sobre a educação apresentadas no Grupo de Trabalho 07- Educação da Criança de Zero a Seis Anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), entre os anos de 1997-2002. E a partir disso identificar nas produções acadêmicas as concepções educativas que se delineiam em decorrência destas propostas. De acordo com o recorte temporal (1997-2002) e partindo do pressuposto de que a infância é fruto da construção histórica, social e cultural das sociedades de um determinado tempo e lugar, esta pesquisa buscará investigar as concepções de criança e infância divulgadas pelas produções acadêmicas recentes, visando desvelar o papel que a criança ocupa nas orientações teóricas de base destas produções, fato este que se reveste de uma exigência da área como contribuição à constituição de uma pedagogia da educação infantil.

Algumas questões norteadoras deste processo investigativo visam desvelar: Quais abordagens teóricas orientam as concepções de infância e de criança nas produções

¹ Cf. os estudos de Sarmiento & Pinto 1997; Sarmiento 2000; Montandon, 2001; Ferreira, 2002.

² Cf. os estudos de Ariès, 1978; Cambi, 1999; Charlot, 1986; Khulmann Jr, 1998; Suchodolski, 2002.

acadêmicas recentes? As teorias educacionais e as metodologias indicadas definem as crianças enquanto sujeitos sociais ativos e participativos no processo educacional? Quais aspectos constituintes da infância (sociais, expressivos, afetivos, nutricionais, cognitivos, culturais) são contemplados nos estudos sobre a educação das crianças de zero a seis anos de idade? Quais as áreas do conhecimento mais recorrentes, utilizadas como base teórica, aparecem nesses estudos?

A CRIANÇA E A INFÂNCIA NA PEDAGOGIA: as imagens das crianças nas ciências humanas e sociais

Quando falamos de infância muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surgem e se desenvolvem e também das relações sociais nos seus aspectos, econômico, histórico, cultural, político, entre outros aspectos, que colaboram para a constituição de tais significados e concepções que, por sua vez, nos remetem a uma imagem de criança como essência, universal, descontextualizada ou então nos mostram diferentes infâncias coexistindo em um mesmo tempo e lugar. Necessário, talvez, seria lembrar que as imagens de criança encarnam uma idéia de infância sempre recortada pelos referenciais que buscamos como base para concebê-las. Imagens que se apresentam de diferentes e inquietantes formas, como bem define Smolka (2002), “imagens de crianças que brincam, que trabalham, que estudam, que aprendem (ou não). Imagens de crianças amáveis e amadas; crianças bem comportadas; crianças diferenciadas; crianças confinadas ou abandonadas, subjugadas, autônomas, libertadas. Imagens de crianças que crescem e que deixam de ser crianças. Imagens de crianças quase adultas nos seus modos de ser. Imagens que participam do imaginário social de nossa época”. (Smolka, 2002: 100)

A infância assim descrita é inscrita enquanto condição social da criança, sendo uma condição social e historicamente construída. Charlot (1986) ao estudar a infância tendo como base uma perspectiva social nos mostra que “a imagem de criança assume, nos sistemas filosóficos e pedagógicos, as dissimulações do aspecto social dessas contradições, por trás de considerações morais e metafísicas”. Para este autor “a representação da criança é socialmente determinada, uma vez que exprime as aspirações e as recusas da sociedade e dos adultos que nela vivem” (Charlot, 1986: 108), não sendo a infância, a partir desta perspectiva um dado natural (ainda que do ponto de vista biológico a infância se constitua

em um dado natural) e sim um dado social, historicamente construído a partir dos interesses sociais, econômicos, culturais, políticos, entre outros, de uma dada sociedade, num determinado tempo e lugar.

Os debates relacionados à criança, nas diferentes áreas do conhecimento, têm sido subsidiados pelas recentes pesquisas sociológicas³ que vêm construindo uma relação diferenciada no que se refere à participação das crianças nas pesquisas educacionais. Essa relação diferenciada vem dando base a construção de uma infância na qual seus representantes – as crianças – assumem um papel de protagonista das suas próprias histórias a partir das suas vozes, ou seja, as crianças são reconhecidas como informantes. Como não nos cabe neste espaço esgotar tal discussão, importa lembrarmos que a infância representa para a pedagogia aquilo que Narodowski (1998: 173) define como o ponto de partida e o ponto de chegada, ela “é a *conductio sine qua non* do discurso pedagógico moderno”. A infância é a justificação da pedagogia enquanto disciplina humana, por outro lado, a infância constitui-se também o “campo do real que pertence ao discurso pedagógico e no qual [o pedagógico] deve atuar” no sentido da educação, da disciplina, da instrução e do desenvolvimento. Nesse sentido a infância tanto gera um campo de conhecimentos construídos pela pedagogia, como também constrói o agir específico da educação pedagógica. Isso nos remete a necessidade de estarmos construindo múltiplos olhares sobre a infância a partir das diferentes áreas do conhecimento através de suas informações sobre a criança e a infância para a pedagogia, e com este olhar multidisciplinar, buscar construir uma pedagogia da criança ou da educação infantil que informe a prática por meio de processos educativos baseados em relações de alteridade entre adultos e crianças.

AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS RECENTES: a criança cidadã e os direitos sociais.

Para desenvolver esta pesquisa que se constitui em uma pesquisa sobre pesquisa, lançaremos mão da análise de conteúdo, que se constitui em uma técnica de tratamento de informações, que de acordo com Vala (1999) é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Através dos estudos de Bardin (2000) sabe-se que a análise de conteúdo tem como base “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação a análise de conteúdo oscila entre dois pólos: do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. É tarefa paciente de “desocultação”, (...) analisar mensagens

³ Cf. Quinteiro, 2002; Qvortrup, 1999; Sarmiento, 2000; Montandon, 2001; Sirota, 2001; Martins, 1997; etc.

por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura “normal” do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião...” (Bardin, 2000: 09). A análise de conteúdo pressupõe uma (des)construção necessária para a realização da análise propriamente dita que através da inferência, ou seja, da dedução lógica por parte do investigador assume a forma de uma nova construção. Nesta perspectiva, a análise de conteúdo nos permite fazer inferências, deduções, sobre a fonte, a situação em que esta foi produzida, o material que se constitui o objeto da análise, sendo que a finalidade desta análise é efetuar inferências, com base numa lógica explicitada e de acordo com o objeto a ser analisado.

Assim, o levantamento dos trabalhos para a realização desta pesquisa contou com a utilização e alimentação do Banco de Dados do Nee0a6anos⁴ no qual foram localizados, num universo de 114 trabalhos (entre trabalhos, pôsteres e mini-cursos), 24 trabalhos inicialmente divididos entre trabalhos empíricos – nos quais a criança e/ou a infância referente é a concreta – e entre trabalhos teóricos – nos quais o referente teórico não é a criança e/ou a infância concreta – destes trabalhos 17 falam sobre criança e 07 falam sobre infância. A análise inicial dos trabalhos deteve-se aos trabalhos enquadrados como teóricos devido a sua quantidade (07) o que nos permitiu vislumbrar neste conjunto de trabalhos as concepções de criança como cidadã e de criança “plástica/modelar” e de infância como tempo de direitos sociais. Nos trabalhos que falam sobre a criança (Golveia, 1999; Bujes, 1999; Almeida, 2001 e Bujes, 2001) ela é representada como o sujeito social de direitos, a cidadã que terá seu desenvolvimento integral assegurado pelas leis, que por sua vez será moldada de acordo com a criança que se queira produzir. (Bujes, 1999, 2001) A autora faz a reflexão em torno da construção da concepção de criança “moldável” de acordo com as orientações do RCN/EI. Os demais trabalhos partem para a discussão da constituição do sujeito criança na literatura (Golveia, 1999) e na mídia (Almeida, 2001), nos quais a criança é, igualmente, encarada na sua plasticidade, ou seja, para a literatura a criança deve ser construída a partir das orientações sociais mais amplas realçando características dos comportamentos infantis considerados adequados. Procura-se mais uma vez construir a criança “moldável”. No estudo de Almeida (2001: 03) a criança aparece como marco zero, ponto de partida na escala de desenvolvimento humano e, portanto, “é vista como algo

⁴ O Banco de Dados do Núcleo de Estudos da Criança de Zero a Seis Anos (Nee0a6anos), do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, é fruto de pesquisa realizada em periódicos nacionais com o objetivo de disponibilizar um sistema de informações aos usuários interessados no campo da educação infantil.

plástico, uma matéria nova e sem história, que aceita as formas que lhe quisermos impor, ou que a sociedade deseja impor.” Nos que tratam da infância (Souza e Pereira, 1998; Bujes, 2001 e Barreto, 2002) evidencia-se a importância da infância como fase do desenvolvimento humano e tempo de direitos sociais das crianças. Como conclusão desta análise parcial dos trabalhos, percebemos que os processos de participação ou de alteridade no processo educativo ainda estão implícitos na discussão da criança cidadã e da infância como tempo de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CHARLOT, B. *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- NARODWSKI, M. Adeus à infância (e à escola que a educava) In: Silva, L. H da. (org.) *A Escola Cidadã no contexto da Globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- ROCHA, E. A. C. *A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 1999.
- SMOLKA, Ana L. B. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In: FREITAS, M. C.; Kuhlmann Jr, M. (orgs) *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- VALLA, J. A *Análise de Conteúdo*. In: Silva, A. S.; Pinto, J. M. (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. 10 ed. Lisboa: Afrontamentos, 1999.